

## ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR A ATIVIDADE DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS E PEQUENAS CARGAS, ATRAVÉS DE APLICATIVOS NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

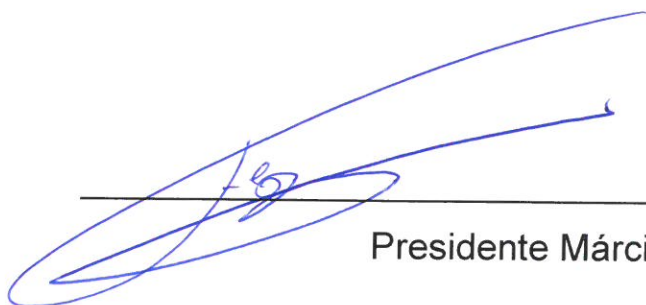
Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, reuniu-se na sede da Câmara Municipal de Fortaleza, em formato híbrido, na sala de reuniões das Comissões Técnicas e através da plataforma digital (link a ser enviado pela assessoria técnica da CPI dos Aplicativos), presentes os senhores Vereadores Presidente Márcio Martins, Luciano Girão, Dr. Vicente Pinto, Marcelo Lemos (virtual), Inspetor Alberto (virtual) e os demais membros desta Comissão. O Vereador Márcio Martins abre a reunião da CPI dos aplicativos explanando sobre as discrepâncias com relação ao serviço de aplicativo prestado na cidade de Fortaleza, e exploração por parte das empresas. O Vereador Luciano expõe que o sistema de aplicativo é a única fonte de renda de alguns e há necessidade de uma maior fiscalização. O Doutor Vicente declara que por desinformação os motoristas são injustiçados enquanto as empresas têm lucros exorbitantes. O Vereador Márcio questiona a Secretária de Finanças Flávia Teixeira, qual o repasse de impostos ou outorga para o município por parte das empresas. O Vereador Luciano questiona quais tributos municipais são aplicados às empresas de aplicativo em Fortaleza e a média de arrecadação nos últimos cinco anos. O Doutor Vicente questiona com quanto as empresas contribuem financeiramente para o município. A senhora Flávia Teixeira informa que houve arrecadação de 2018 a 2021 de outorga onerosa. A senhora Flávia informa que não existe ISS sobre transporte de passageiros, por isso a emissão da nota fiscal para São Paulo e não para Fortaleza, pois no contencioso administrativo não há margem para isso. O Vereador Márcio pede acesso às informações. O Vereador Luciano questiona como é definido o cálculo da outorga onerosa. A senhora Flávia explica

tecnicamente que é com base na alíquota. O Vereador Márcio questiona os valores repassados. A senhora Flávia afirma que tais fatos devem ser vistos diretamente com a Secretaria de Conservação e que a SEFIN cuida da parte tributária e só teria conhecimento do faturamento das empresas se as mesmas emitissem nota fiscal. O Vereador Márcio questiona a Secretária outras formas de enfrentar tais dificuldades. A senhora Flávia atesta que isso se dá em todo país e não há como comparar os tipos de transportes, posto que cada um possui uma legislação. O Vereador Márcio questiona como obter uma média do que o município deixou de arrecadar. A senhora Flávia deu uma expectativa de 12 milhões por ano. O Vereador Luciano pergunta se a SEFIN teve curiosidade para saber quanto é arrecadado pelas empresas. A senhora Flávia diz que por alto é de 33 milhões e que o município precisa buscar ações para benefício da cidade. O Vereador Luciano aponta a necessidade de convidar a PGM. O Vereador Doutor Vicente agradece a senhora Flávia e destaca que quase 200 milhões deixaram de ser arrecadados por Fortaleza e a necessidade de intervenção da PGM. O senhor Márcio Martins questiona quais empresas estão legalizadas e quais investimentos têm sido feitos em Fortaleza. O senhor Luciano Girão pergunta se há edital, normas que considerem condições de trabalho e integridade dos motoristas e de que forma a Etufor fiscaliza as empresas. O Doutor Vicente questiona as formas de fiscalização aplicadas às plataformas credenciadas e o que pode ser feito para melhorar os serviços. O senhor Raimundo Teixeira faz explanação sobre o trabalho feito pela Etufor com relação às plataformas digitais e sobre a melhoria de serviços, ofício foi encaminhado à PGM, sente necessidade de concurso para Etufor. O senhor Márcio Fernando discorre que sobre reclamações as mesmas ficam diretamente com as plataformas. O Vereador Luciano questiona se a Etufor leva em consideração as condições de trabalho dos motoristas e passageiros. O senhor Márcio Fernando declara que a fiscalização se volta em campo para os veículos irregulares e sobre os selos emitidos pela Etufor com 80 mil vistorias totais, 16 mil pessoas

vistoriadas. O senhor Raimundo Teixeira esclarece que a vistoria é anual. O Vereador Márcio informa que a 99 pop possui débito da outorga onerosa e a Uber fiscalizou essa questão e se há notificações a respeito. O senhor Márcio Fernando informa que há sobre isso documentação via SEFIN. O senhor Raimundo Teixeira esclarece sobre investimentos por parte das plataformas no bicicletar da Parangaba, ações de segurança viária e a Secretaria de Conservação possui esses dados e ainda apresenta dados da estrutura operacional da Etufor. O Vereador Márcio Martins questiona quais critérios para Etufor suspender o serviço de uma determinada empresa. O senhor Márcio Fernando esclarece que a empresa tem que passar o cadastro a cada 30 dias. O Vereador Márcio Martins cita os casos de carros locados e questiona o uso do selo e pede esclarecimento sobre carros "taxa". O senhor Márcio Fernando reforma que o selo é do carro que está vistoriado. O senhor Raimundo Teixeira expressa necessidade da regulamentação devido os excessos e segue lendo o artigo 9º da lei 11.021 e que não recebem queixas de descumprimento do citado artigo. O Vereador Márcio Martins questiona as fiscalizações da ARCE e necessidade da Etufor informar a mesma existência de outras empresas de aplicativos. O senhor Raimundo Teixeira responde que a ARCE não poderia desconhecer as demais empresas, mas irá oficializar. O Doutor Ítalo Viana esclarece que está havendo desrespeito ao trabalho da Etufor e que logo que tenha o SPU dará prioridade aos trabalhos da CPI. O Vereador Luciano questiona qual a formação/qualificação dos avaliadores das vistorias, valores, etc. O senhor Márcio Fernando esclarece que os valores têm por base IPCA e os avaliadores têm segundo grau e curso específico para a função. O senhor Raimundo Teixeira informa que é feita a vistoria, mas não fica com os recursos. O Vereador Márcio Martins pede que seja oficiado requerimento para a SEFIN e a Secretaria de Conservação. O Vereador Luciano pergunta sobre o LGPD e se a Etufor tem dados de carga horária. O senhor Raimundo responde que não tem tal informação pois só trabalha com operacional. O

Vereador Márcio Martins questiona sobre isenção de vistoria. O Doutor Ítalo Viana informa que o selo notifica a vistoria. O Vereador Márcio Martins esclarece que a isenção é questionável. O senhor Raimundo Teixeira dispõe que sobre a isenção de taxas o princípio não é isonômico. O Vereador Márcio Martins atesta que só as grandes locadoras são beneficiadas. O Vereador Luciano questiona sobre seguro e o senhor Márcio Fernando responde que formalizará um grupo de trabalho para tratar essa questão. O Vereador Márcio Martins sugere que as vistorias sejam enviadas para o motorista por mensagem/notificação. O Vereador Luciano pergunta sobre a existência de algum estudo para aperfeiçoar a atual legislação para dar maior segurança ao usuário. O senhor Raimundo Teixeira esclarece que sobre os números pode haver duplicidade pois o mesmo motorista pode estar cadastrado em várias empresas. O Vereador Luciano questiona se há recomendação para que os motoristas evitem determinadas áreas críticas em Fortaleza. O senhor Raimundo explica que não há dificuldade de circulação e tal problema é mais uma questão de segurança pública. O Vereador Márcio Martins diz da importância do sinalizador luminoso nos veículos Uber. O Vereador Luciano pergunta sobre a existência de cursos preparatórios para os motoristas sobre segurança/condução. O senhor Raimundo Teixeira esclarece que todos os modais fazem cursos e tem carteira padrão e há igual necessidade para as plataformas digitais e salienta que hoje, sobre acidentes de trânsito, a AMC não diferencia acidentes de carro particular e carro de plataforma. O Vereador Márcio Martins informa sobre requerimentos verbais, deliberações desta comissão: 1 - Solicita a PGM que apresente relação de todos os processos judiciais que tramitam sobre empresas de plataforma digital em Fortaleza; 2 - Solicita que a Secretaria de Conservação e Serviços Públicos apresente quitação dos débitos de todas as empresas de plataforma digital que atuam em Fortaleza; 3 - Solicita a Secretaria de Conservação e Serviços Públicos quais medidas compensatórias realizadas através de plataformas digitais para reduzir o

percentual de 2% para 1% da outorga onerosa de Fortaleza que foi paga de 2018 para 2021; 4 – Solicita à ARCE as notificações com seus respectivos artigos na lei que estão sendo aplicados aos motoristas de aplicativo cadastrados no Município de Fortaleza; 5 - Solicita que a Etufor dê ciência à ARCE quais são as empresas de aplicativo devidamente regulamentadas no Município de Fortaleza; 6 - Solicita que a Etufor envie relação das locadoras que estão amparadas via liminar que impede a vistoria para veículos de aplicativo com menos de dois anos de uso; 7 - Solicita à PGM sobre os depósitos de valores em juízo; 8 - Aonde e quanto do recurso foi aplicado de 2% para 1%. (relação dos locais). Vereador Márcio Martins declara encerrada a presente reunião.



Presidente Márcio Martins





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**FORTALEZA**

Coordenadoria das Comissões Técnicas

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS E  
PEQUENAS CARGAS, ATRAVÉS DE APLICATIVOS NO MUNICÍPIO DE  
FORTALEZA

FOLHA DE FREQUÊNCIA BIÊNIO 2023/2024

REUNIÃO DO DIA 27 11/2024

MEMBRO EFETIVO	PARTIDO	ASSINATURA
MÁRCIO MARTINS PRESIDENTE	UNIÃO	
CARLOS MESQUITA VICE-PRESIDENTE	PDT	
LUCIANO GIRÃO RELATOR	PDT	
MARCELO LEMOS MEMBRO	AVANTE	
DR. VICENTE MEMBRO	PT	
INSPETOR ALBERTO MEMBRO	PL	
CÔNSUL DO POVO MEMBRO	PSD	

Coordenadoria das Comissões Técnicas

Em 27/11/2024

**Kallil Quirino**  
Coord. da Comissões Técnicas